

TARCÍSIO HOLANDA *Colun. Brasil*

A falência do Estado

Frequentemente, atribui-se ao peso dos gastos com pessoal a causa de todos os males nacionais. A despesa com o funcionalismo da União é incomparavelmente menor do que o custo de rolagem da crescente dívida interna. Enquanto os gastos com pessoal somam NCz\$ 13,6 bilhões, o serviço da dívida no mercado financeiro passa de NCz\$ 218 bilhões.

Um dos aspectos mais dramáticos da crise do Estado é a significativa redução do seu ganho tributário em relação ao PIB. A receita tributária situa-se em NCz\$ 34,5 bilhões para um orçamento previsto em NCz\$ 330 bilhões. Para compensar a enorme diferença, o Governo é obrigado a colocar títulos no mercado, a juros altíssimos.

Esses são os números redondos da proposta orçamentária da União para o próximo ano, os quais revelam claramente que o custo de rolagem da dívida interna é 18 vezes superior aos gastos com o pagamento da folha de pessoal da União. Somente de juros e comissões no mercado financeiro o Estado vai despendar NCz\$ 34 bilhões.

Ou seja, a rolagem da dívida, com a alucinada ciranda dos papéis oficiais, representa um custo mais alto para o Governo do que a receita tributária bruta, que está limitada a NCz\$ 34 bilhões. E da receita bruta, é necessário subtrair as transferências cons-

titucionais que a União está obrigada a fazer para os estados e municípios, dentro da nova sistemática tributária: são quase NCz\$ 14 bilhões.

Restam aí NCz\$ 20 bilhões, soma insuficiente para suportar o pagamento anual da folha de pessoal, orçado pouco além dos NCz\$ 24 bilhões. Não constitui exagero prever que crescentes dificuldades de caixa possam levar o Governo Federal a atrasar o pagamento do funcionalismo, mais cedo ou mais tarde.

A rigor, isso já começou a ocorrer: os servidores do Poder Executivo recebem com alguns dias de atraso — e eles constituem 95 por cento do pessoal empregado pela União. Segundo a mensagem presidencial que está sendo examinada pela Comissão de Orçamento, o déficit público situa-se em torno de 3,3 por cento do Produto Interno Bruto, estimado em NCz\$ 470 bilhões, em valores de maio do ano em curso.

Vale salientar que o déficit público estimado em 3,3 por cento do PIB resulta de um levantamento técnico procedido por especialistas da Comissão de Orçamento, uma vez que a Seplan prometeu encaminhar, em separado, ao Congresso, “nota técnica detalhando o contexto macroeconômico em que se insere a proposta orçamentária”.